

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **CONTRARRAZÃO :**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório: 135/2023

VI MERCADORIAS E SERVIÇOS EM GERAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.952.323/0001-09, neste ato representada por seu representante legal, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela Recorrente, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

A Recorrente alega, em síntese, que o ITEM 112 (SACOS DE LIXO), da presente licitação, não seria compatível com o objeto social de nossa empresa. Todavia, esta alegação não merece prosperar.

Importante esclarecer que o objeto social de nossa empresa, conforme consta em nosso contrato social, é bastante amplo, abrangendo diversas atividades que se enquadram no objeto licitado, conforme os CNAES a seguir:

- 46.49-4-08 – COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
- 46.79-6-99 – COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
- 46.86-9-02 – COMÉRCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS

Por outro lado, a lei não exige uma correspondência exata entre o objeto do contrato social e o objeto da licitação.

Ademais, a jurisprudência e os tribunais de contas têm entendido que a limitação à participação de licitantes com base na análise do objeto social do contrato deve ser realizada de forma ponderada, e deve considerar o princípio da competitividade, que tem por finalidade garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Portanto, o objeto licitado é compatível com o contrato social de nossa empresa, uma vez que estamos aptos a fornecer os produtos conforme as exigências e especificações contidas no Edital.

Assim, é possível concluir que não há fundamento na alegação de incompatibilidade entre o objeto da licitação e o contrato social de nossa empresa. A nossa participação no certame é plenamente legítima e legal, respeitando todas as normas aplicáveis.

Por fim, solicitamos que as alegações da Recorrente sejam rejeitadas, por serem infundadas e sem qualquer amparo legal.

Termos em que pede deferimento.

Niterói, 25 de julho de 2023.  
GABRIEL COLOMBO  
Representante Legal.

**Fechar**